

RELATÓRIO DA CONSULTA E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PROJETO PORTO CIDADE INTELIGENTE

Relatório final das atividades da fase de CONSULTA e AUDIÊNCIAS PÚBLICAS do projeto de concessão administrativa, PORTO CIDADE INTELIGENTE do município de Porto Nacional/TO, abrangendo a prestação dos SERVIÇOS e a realização das OBRAS de infraestrutura da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, REDE DE CONECTIVIDADE, SOLUÇÕES DIGITAIS e MINIUSINA FOTOVOLTAICA no MUNICÍPIO.

Porto Nacional, 30 de janeiro de 2024.

Sumário

Introdução	3
Documentos dos estudos que foram disponibilizados	5
Mecanismos de participação, Prazos e Publicidade	7
Sobre a audiência pública nº 01	7
Sobre a audiência pública nº 02	8
Sobre a consulta pública	8
Anexo I – Material apresentado nas audiências públicas.....	10
Anexo II – Questionamentos e contribuições recebidas nas audiências públicas	22
Anexo III – Questionamentos e contribuições recebidas na consulta pública	25
Anexo IV – Outras contribuições	31
Anexo V – Ata e lista de presenças da audiência pública nº 01	34
Anexo VI – Ata e lista de presenças da audiência pública nº 02	39

INTRODUÇÃO

Este relatório tem o objetivo de reunir informações e documentos relacionados com a fase de Diálogo Público (Consulta e Audiência Pública) do projeto PORTO CIDADE INTELIGENTE, que abrange a prestação dos SERVIÇOS e a realização das OBRAS de infraestrutura da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, REDE DE CONECTIVIDADE, SOLUÇÕES DIGITAIS e MINIUSINA FOTOVOLTAICA no Município.

Os estudos de modelagem foram realizados pela Houer Consultoria e Concessões Ltda, por meio de Manifestação de Interesse Privado, autorizada em 20 de março de 2023, conforme Resolução Nº 11, do Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-privadas de Porto Nacional.

O Projeto prevê um contrato de Concessão Administrativa, por 25 anos, no valor total de R\$ 291.571.832,37 (duzentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e trinta e dois reais e trinta e sete centavos), que prevê:

- **22.572** Pontos de iluminação Pública com 100% de LED, incluindo projetos de iluminação de áreas especiais e de destaque, o atendimento a demanda reprimida de pontos, a ampliação e crescimento vegetativo do parque de iluminação pública e a integração a partir da implantação do sistema de telegestão de algumas luminárias;
- **94 Km** de infraestrutura de fibra ótica para conectar os pontos atendidos pela rede e as soluções digitais propostas no projeto;
- **142** pontos de soluções digitais, incluindo: conexão de 25 pontos de acesso à internet em unidades administrativas, a implantação de 90 pontos de videomonitoramento com câmeras inteligentes e a disponibilização de WI-FI gratuito em 27 pontos de acesso em espaços públicos;
- **Centro de Controle e Operação (CCO)** para gestão e operação dos serviços da concessão de forma integrada;
- **7.275** módulos fotovoltaicos para geração de energia elétrica para atendimento da demanda das unidades administrativas da prefeitura e da iluminação pública;
- **12 (doze) meses**, de prazo máximo para conclusão da modernização do parque de iluminação com luminárias de LED e realização dos projetos de iluminação especial, implantação da rede de fibra ótica e das soluções digitais e para implantação da(s) usina(s) fotovoltaica;
- **R\$ 64,9 milhões** em investimentos (CAPEX) realizados pelo concessionário;
- **R\$ 32 milhões** em economia de recursos públicos, em contas de energia;

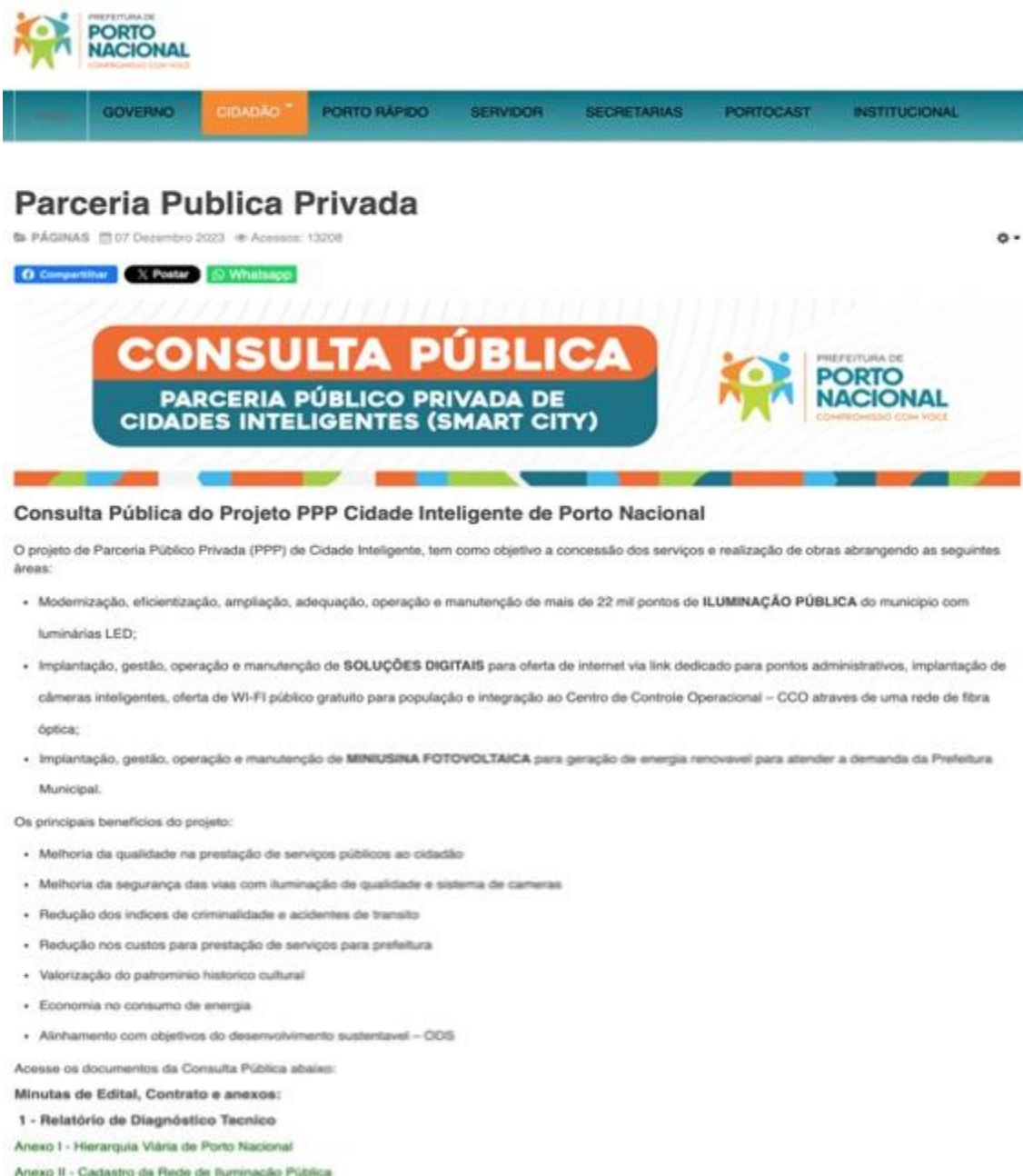
A licitação adotará critério de julgamento por menor valor de contraprestação mensal e o contrato prevê que a remuneração da concessionária, estará atrelada à mensuração da qualidade do serviço prestado a partir da avaliação de indicadores de desempenho previstos na modelagem.

Também está prevista a adoção de serviço técnico de verificação independente, para auxiliar o Poder Concedente e a Concessionária no acompanhamento da execução do contrato, na avaliação do sistema de mensuração do desempenho, nas revisões contratuais ordinárias e extraordinárias previstas no Contrato, na revisão e aprovação dos Planos e projetos a serem apresentados pela Concessionária..

DOCUMENTOS DOS ESTUDOS QUE FORAM DISPONIBILIZADOS

A prefeitura de Porto Nacional disponibilizou para consulta pública, por meio do seu sítio eletrônico oficial, no endereço www.portonacional.to.gov.br, a minuta de edital e de contrato de parceria público-privada e ainda os documentos produzidos nos estudos de modelagem, conforme lista de arquivos contidos na reprodução da página de consulta apresentada abaixo:

Reprodução da página do endereço <https://portonacional.to.gov.br/index.php/cidadao/parceria-publica-privada>



PREFEITURA DE PORTO NACIONAL
COMUNICANDO COM VOCE

GOVERNO CIDADÃO PORTO RÁPIDO SERVIDOR SECRETARIAS PORTOCAST INSTITUCIONAL

Parceria Publica Privada

PÁGINAS 07 Dezembro 2023 Acessos: 13208

Compartilhar Postar WhatsApp

CONSULTA PÚBLICA

PARCERIA PÚBLICO PRIVADA DE CIDADES INTELIGENTES (SMART CITY)

PREFEITURA DE PORTO NACIONAL
COMUNICANDO COM VOCE

Consulta Pública do Projeto PPP Cidade Inteligente de Porto Nacional

O projeto de Parceria Público Privada (PPP) de Cidade Inteligente, tem como objetivo a concessão dos serviços e realização de obras abrangendo as seguintes áreas:

- Modernização, eficientização, ampliação, adequação, operação e manutenção de mais de 22 mil pontos de **ILUMINAÇÃO PÚBLICA** do município com luminárias LED;
- Implantação, gestão, operação e manutenção de **SOLUÇÕES DIGITAIS** para oferta de internet via link dedicado para pontos administrativos, implantação de câmeras inteligentes, oferta de Wi-Fi público gratuito para população e integração ao Centro de Controle Operacional – CCO através de uma rede de fibra óptica;
- Implantação, gestão, operação e manutenção de **MINIUSINA FOTOVOLTAICA** para geração de energia renovável para atender a demanda da Prefeitura Municipal.

Os principais benefícios do projeto:

- Melhoria da qualidade na prestação de serviços públicos ao cidadão
- Melhoria da segurança das vias com iluminação de qualidade e sistema de cameras
- Redução dos índices de criminalidade e acidentes de trânsito
- Redução nos custos para prestação de serviços para prefeitura
- Valorização do patrimônio histórico cultural
- Economia no consumo de energia
- Alinhamento com objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS

Acesse os documentos da Consulta Pública abaixo:

Minutas de Edital, Contrato e anexos:

1 - Relatório de Diagnóstico Técnico

Anexo I - Hierarquia Viária de Porto Nacional

Anexo II - Cadastro da Rede de Iluminação Pública

Anexo III - Comparação entre cadastro e inspeção de campo
 Anexo IV - Tratamento das inconsistências em pontos de IP em áreas especiais
 Anexo VI - Relação de Unidades Consumidoras
 Anexo VII - Controle de Despesas com Consumo de Energia Elétrica

Relatório Diagnóstico Técnico

2 - Estudos de Engenharia

ANEXO I - TIPOLOGIAS DE MONTAGEM INSPECIONADAS NA AMOSTRA
 ANEXO II - RESULTADO DA CORRELAÇÃO ENTRE INVENTÁRIO E INSPEÇÃO
 ANEXO III - ORÇAMENTOS DE LUMINÁRIAS LED POR FAIXA DE FLUXO LUMINOSO
 ANEXO IV - Composição de Custos para as Correções de Pontos Escuros
 ANEXO IX - RESULTADO DAS SIMULAÇÕES PARA OS LOGRADOUROS INSPECIONADOS
 ANEXO V - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PARA ESTRUTURAS DE AMPLIAÇÃO
 ANEXO VI - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL E DE MODERNIZAÇÃO
 ANEXO VII - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO
 ANEXO VIII - PREÇOS UNITÁRIOS DOS DEMAIS CUSTOS E INVESTIMENTOS
 ANEXO X - PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO PARA ÁREAS ESPECIAIS
 ANEXO XI - LISTAGEM DOS PONTOS DE CONECTIVIDADE CONTEMPLADOS NO PROJETO
 ANEXO XIII - COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DA REDE DE CONECTIVIDADE
 ANEXO XIV - LISTAGEM DAS UNIDADES CONSUMIDORAS CONTEMPLADAS PELO PROJETO
 ANEXO XV - PROJETO BÁSICO USINA FOTOVOLTAICA

Relatório de Engenharia

3 - Estudos Socioambientais

Estudos Socioambientais

4 - Estudos Econômico-Financeiro

Estudos Econômico-Financeiro

5 - Modelagem Licitatória Contratual

Anexo 4 - Diretrizes para Elaboração do Cadastro
 Anexo 5 - Caderno de Encargos
 Anexo 6 - Diretrizes de Iluminação Especial
 Anexo 7 - Diretrizes de Sustentabilidade
 Anexo 8 - Sistema de Mensuração de Desempenho
 Anexo 9 - Mecanismo de Pagamento
 Anexo 10 - Diretrizes Gerais das Apólices de Seguros
 Anexo 11 - Diretrizes Gerais de contratação da Instituição Financeira Depositária
 Anexo 12 - Classificação de Iluminação das vias do Município
 Anexo 13 - Diretrizes de Projeto e Implantação da Minusina Fotovoltaica
 Anexo 14 - Diretrizes de Implantação da Rede de Conectividade
 Anexo 7 - Diretrizes de Sustentabilidade
 Anexo 8 - Sistema de Mensuração de Desempenho
 Anexo 9 - Mecanismo de Pagamento
 Anexo 10 - Diretrizes Gerais das Apólices de Seguros
 Anexo 11 - Diretrizes Gerais de contratação da Instituição Financeira Depositária
 Anexo 12 - Classificação de Iluminação das vias do Município
 Anexo 13 - Diretrizes de Projeto e Implantação da Minusina Fotovoltaica
 Anexo 14 - Diretrizes de Implantação da Rede de Conectividade
 Minuta de Contrato - Cidade Inteligente - Porto Nacional
 Minuta de Edital - Cidade Inteligente - Porto Nacional

Deixe sua contribuição

[Página Principal](#) - [CIDADÃO](#) - [Parceira Pública Privada](#)

PORTO NACIONAL

[História Porto Nacional](#)
[Símbolos Oficiais](#)

DOCUMENTOS

[Downloads](#)

IMPrensa

[Notícias](#)
[Facebook da Prefeitura](#)

MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO, PRAZOS E PUBLICIDADE

Em atendimento ao parágrafo 3º, do art. 7º, da Lei Nº 1.890, de 10 de abril de 2007, a Prefeitura de Porto Nacional promoveu 32 (trinta e dois) dias de consulta pública, realizou 2 (duas) audiências públicas e sendo uma apresentação durante sessão da Câmara Municipal de Porto Nacional e outra no Auditório da Escola Municipal Jacinto Bispo Arantes, para divulgar o projeto, apresentar seus principais pontos e disponibilizar aos interessados, os documentos e resultados apontados pelos estudos de modelagem, bem como as minutas do edital e do contrato da concessão administrativa.

Na página principal (home) do sítio eletrônico oficial da prefeitura de Porto Nacional, no endereço <https://www.portonacional.to.gov.br>, entre os dias 05 de dezembro de 2023 e 05 de janeiro de 2024, o visitante encontrava um banner digital, divulgando a consulta pública (reprodução abaixo). Ao clicar no banner o interessado era direcionado para a página de acesso aos documentos e ao formulário para fazer sua manifestação, seja em forma de contribuição ou pedido de esclarecimento.

Banner colocado no topo da página de abertura do sítio eletrônico da Prefeitura



Nos dias 15 e 16 de dezembro de 2023, foram realizadas as sessões de Audiência Pública, para apresentação e discussão oral do projeto. A primeira foi realizada no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, na Rua Joaquim Pereira, 754 - Centro, Porto Nacional. A segunda Audiência Pública foi realizada no Auditório da Escola Municipal Jacinto Bispo Arantes I, na Av. 01, S/Nº, Quadra 28, no setor Portal do Lago, Luzimangues, Porto Nacional.

No dia 19 de dezembro de 2023, foi realizada uma nova apresentação do projeto aos senhores vereadores municipais, durante sessão da Câmara Municipal de Porto Nacional.

SOBRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01

No dia 15 de dezembro de 2023, foi promovida a Primeira Audiência Pública do projeto Porto Cidade Inteligente. A audiência foi convocada para às 18h30, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Nacional, localizada na Rua Joaquim Pereira, 754 - Centro, Porto Nacional.

Às 18h45 foi iniciada a audiência, com a formação da mesa diretiva composta pelos seguintes membros:

- **Fabício Machado Silva**, Presidente do Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), e Presidente da Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e Meio Ambiente de Porto Nacional;
- **Alisson Pereira Nascimento**, Secretário Executivo de Obras, representando o Sr. Marcos Antônio Lemos Ribeiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano de Porto Nacional;
- **Murillo Duarte Porfírio di Oliveira**, Procurador Geral do Município de Porto Nacional;
- **Rafael Arantes Ricaldoni da Silva**, Líder do Projeto pela Houer Consultoria e Concessões Ltda; e
- **Ronivon Maciel Gama**, Prefeito Municipal de Porto Nacional.

As manifestações e contribuições registradas na audiência pública, estão descritas no anexo II deste relatório.

A ata e a lista de presenças da audiência estão disponibilizadas no anexo IV deste relatório.

SOBRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02

No dia 16 de dezembro de 2023, foi promovida a Segunda Audiência Pública do projeto Porto Cidade Inteligente. A audiência foi convocada para às 8h30, no auditório da Escola Municipal Jacinto Bispo Arantes I, localizada no setor Portal do Lago, em Luzimangues, Porto Nacional.

Às 8h45 foi iniciada a audiência, com a formação da mesa diretiva composta pelos seguintes membros:

- **Fabício Machado Silva**, Presidente do Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), e Presidente da Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e Meio Ambiente de Porto Nacional;
- **Rafael Arantes Ricaldoni da Silva**, Líder do Projeto pela Houer Consultoria e Concessões Ltda; e
- **Ronivon Maciel Gama**, Prefeito Municipal de Porto Nacional.

As manifestações e contribuições registradas na audiência pública, estão descritas no anexo II deste relatório.

A ata e a lista de presenças da audiência estão disponibilizadas no anexo IV deste relatório.

SOBRE A CONSULTA PÚBLICA

Entre os dias 05 de dezembro de 2023 e 05 de janeiro de 2023, foi promovida a Consulta Pública do projeto Porto Cidade Inteligente. Os interessados tinham acesso aos

relatórios, diagnósticos e documentos produzidos na fase dos estudos de modelagem, assim como as minutas do edital e do contrato. Os documentos poderiam ser baixados (download) livremente.

Durante os 32 dias de Consulta Pública, a página registrou 13.208 (treze mil duzentos e oito) acessos.

As manifestações e contribuições realizadas por meio do formulário no link “Deixe sua Contribuição” (<https://gdtecnologia.budibase.app/app/ppp#/opinio-2>), estão descritas no anexo III deste relatório.

ANEXO I – MATERIAL APRESENTADO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Abaixo estão os slides que foram apresentados durante as duas audiências públicas realizadas nos dias 15 e 16 de dezembro de 2023, respectivamente no auditório da Câmara Municipal de Porto Nacional e da Escola Municipal Jacinto Bispo Arantes I:

Slide 01



Slide 02



Slide 03

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: O QUE É?

Contratação de uma Concessionária para prestar os serviços de **Iluminação Pública**, oferta de **soluções digitais** e geração de **energia fotovoltaica**

Concessão é DIFERENTE de privatização!	O bem PERTENCE ao Município e o serviço é prestado pelo Parteiro .	A remuneração depende da COMPROVAÇÃO da qualidade do serviço.
Existem parâmetros de AVALIAÇÃO de desempenho ao longo de todo o contrato.	Prazo máximo de 5 ANOS .	Prazo máximo de 35 ANOS .

No fim do prazo, a administração volta para o Município

Slide 04

OBJETIVO DO PROJETO

Estruturação de projeto de Parcerias Público-Privadas para prestação dos serviços e realização das obras de infraestrutura de Cidade Inteligente do município de Porto Nacional – TO

Slide 05



Modernização, eficiência, ampliação, adequação, operação e manutenção da **iluminação pública**

Implantação, gestão, operação e manutenção de **soluções digitais**

Implantação, gestão, operação e manutenção de **mini-usina fotovoltaica**

Slide 06



Slide 07



Slide 08



Slide 09

OUTROS BENEFÍCIOS DO PROJETO

- ✓ Redução da quantidade das ações de manutenção
- ✓ Ampliação do serviço e atendimento a demanda reprimida
- ✓ Gestão do serviço através de indicadores de desempenho
- ✓ Compartilhamento de riscos entre as partes
- ✓ Investimentos pelo parceiro privado
- ✓ Alinhamento com os ODS

Slide 10



Slide 11



Slide 12



Slide 13

AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA REDUÇÃO DE ACIDENTES

ILUMINAÇÃO DE LED NA AV. EDUARDO BRANDÃO

Distribuição dos Serviços/HC

Slide 14

MAIS VELOCIDADE E QUALIDADE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Infoweb Digitais

- Interligação dos 79 municípios do estado;
- Implantação de 6.950 km de fibra óptica;
- Construção do Centro de Operações de Rede em Campo Grande;
- Atendimento de 1.500 unidades administrativas;
- Disponibilização de Wi-Fi gratuito para 119 praças públicas.

Slide 15



Slide 16



Slide 17



Slide 18

PROPOSTA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- 22.572 Pontos de IP com 100% de LED**
em conformidade com a NBR 5101
- Redução do custo com IP para R\$ 32,44/ponto**
- 63,08% de eficiência** após a troca das luminárias
- Projetos de **Iluminação de destaque** para 7 locais
- 379 pontos** ampliação e crescimento por ano
- 12 meses de prazo** para modernização
Calçadas • modernização • demanda reprimida
- 26% de integração por telegestão**
Para gestão inteligente das luminárias
- Projetos de **iluminação especial** para praças, quadras, campos e cemitérios



Slide 19

PROPOSTA DE CONECTIVIDADE

142 pontos de soluções digitais

- 94 km rede de fibra óptica**
Para conectar os pontos e oferecer serviços
- Centro de Controle e Operação (CCO)**
Para gestão, operação e manutenção dos serviços
- 25 pontos administrativos**
Prédios da administração pública municipal
- 90 pontos de videomonitoramento**
123 câmeras inteligentes integradas ao CCO
- 6 meses de implantação** e início de oferta dos serviços
- 27 pontos de wi-fi**
Em espaços públicos definidos pela Prefeitura



Slide 20

PROPOSTA DE GERAÇÃO DE ENERGIA

- 4,001 MWp** Potência instalada
- 6.526,30 MWh/ano** Geração anual estimada
- 2 a 4 miniusinas fotovoltaicas**
7.275 módulos fotovoltaicos
- Expectativa de redução de 34%**
No custo de contas de energia
- 12 meses de implantação**
em local adquirido pela Concessionária
- Gestão, operação e manutenção**
das usinas instaladas e novas usinas



Slide 21



Slide 22



Slide 23



Slide 24



Slide 25

MINUTA DO CONTRATO

Remuneração da Concessionária



Atribuída ao percentual de modernização e implantação



Atribuída ao desempenho na prestação do serviço



Reajuste anual pelo IPCA

Slide 26



Slide 27

CONCESSÃO DE CIDADE INTELIGENTE – PORTO NACIONAL-TO

MINUTA DO CONTRATO

Revisões Contratuais a cada 5 anos:

- Parâmetros da Concessão em relação ao índice de desempenho geral.
- Adequação tecnológica.
- Revisão dos planos de modernização.

Seguros

A Concessionária deverá contratar e manter em vigor as apólices de seguro durante todo o prazo da concessão, que sejam suficientes para garantir a continuidade dos serviços.

Slide 28

CONCESSÃO DE CIDADE INTELIGENTE – PORTO NACIONAL-TO

MINUTA DO CONTRATO

Bens Reversíveis

Bens indispensáveis à continuidade dos serviços relacionados ao objeto da Concessão.

Recitas Acessórias

Compartilhamento com o Poder Concedente de até 15% das receitas decorrentes da exploração de atividades relacionadas.

Slide 29



Slide 30

CONCESSÃO DE CIDADE INTELIGENTE – PORTO NACIONAL-TO

MINUTA DO CONTRATO

Riscos

Concessionária

- Erro ou omissões nos estudos e levantamentos para a elaboração da proposta comercial e execução do contrato.
- Obtenção de licenças, permissões e autorizações.
- Atendimento da meta de eficientização.
- Variação de qualquer custo ou despesa relacionados à operação e à manutenção dos serviços.
- Qualidade na prestação dos serviços objeto deste contrato.
- Eventual perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos bens vinculados.



Slide 31

CONCESSÃO DE CIDADE INTELIGENTE – PORTO NACIONAL-TO

MINUTA DO CONTRATO

Riscos

Poder Concedente

- Solicitações pelo Poder Concedente de pontos em quantidade superior aos créditos previstos no Banco de Créditos.
- Alteração das classes de iluminação de vias fora dos critérios técnicos definidos no contrato.
- Decisões judiciais ou administrativas que impeçam ou impossibilitem a Concessionária de prestar os serviços.
- Atrasos ou não autorização da solicitação dos serviços de podas em árvores ou à liberação de vias.



Slide 32



Slide 33

PRÓXIMOS PASSOS



Slide 34

CONCESSÃO DE CIDADE INTELIGENTE – PORTO NACIONAL-TO

CRONOGRAMA



Slide 35



ANEXO II – QUESTIONAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

MANIFESTAÇÃO 01
Tema: SOLUÇÕES DIGITAIS; VIDEOMONITORAMENTO.
<i>SUGESTÃO: Implantação de dois novos portais na cidade de Porto Nacional, um na saída para Monte do Carmo e outro próximo a Escola Brasil, permitindo que as quatro entradas e saídas da cidade sejam monitoradas pelo sistema de videomonitoramento da PPP.</i>
RESPOSTA:
<i>A implantação de portais, como os sugeridos na manifestação, não faz parte dos encargos da Concessionária e não compreendem escopo do projeto. No caso de os portais serem viabilizados por outros meios, o contrato prevê mecanismos que permitirá a Prefeitura, solicitar a instalação de sistema de videomonitoramento e/ou iluminação de destaque desses locais, devendo ser respeitados os termos do Contrato e anexos.</i>
CONCLUSÃO:
<i>Contribuição não implica na necessidade de alteração no projeto.</i>

MANIFESTAÇÃO 02
Tema: ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
<i>PERGUNTA: Se os técnicos responsáveis pelos estudos, tem conhecimento da má qualidade da rede elétrica do distrito de Luzimangues, que hoje, é um problema para a cidade, sendo responsável por constantes queimas de lâmpadas e danos as luminárias.</i>
RESPOSTA:
<i>A responsabilidade sobre a rede de energia, é da distribuidora de energia, no caso a ENERGISA. Com o início da fase operacional, caso a Concessionária detecte problemas no sistema que implique em problemas na prestação do serviço de iluminação pública ou dos serviços que compõe o objeto do Contrato, ela poderá apoiar tecnicamente o Poder Concedente e representá-lo na solicitação da correção das falhas à distribuidora.</i>
CONCLUSÃO:
<i>Contribuição não implica na necessidade de alteração no projeto.</i>

MANIFESTAÇÃO 03
Tema: NOVAS PPPs.
<i>PERGUNTA: Da possibilidade de incluir a Coleta de Lixo e o Transporte Coletivo na PPP.</i>
RESPOSTA:
<i>Os serviços em questão, não fazem parte dos objetivos da PPP de Cidade Inteligente. As sugestões apresentadas na manifestação serão encaminhadas ao Comitê Gestor do Programa de PPPs do município, para avaliação e posterior desenvolvimento de novos projetos.</i>
CONCLUSÃO:
<i>Contribuição não implica na necessidade de alteração no projeto.</i>

MANIFESTAÇÃO 04
Tema: ECONÔMICO/FINANCEIRO.
<i>PERGUNTA: No caso de o município ser contemplado com emenda parlamentar para investimentos nas áreas de iluminação pública ou de outros serviços previstos no projeto, como isso será tratado?</i>
RESPOSTA:
<i>Em contratos de PPP, a responsabilidade de realização de investimentos em obras e serviços, bem como a realização de financiamento para viabilizar a implantação e modernização dos serviços é da Concessionária. Caso o município receba investimentos públicos de uma emenda parlamentar ou outros recursos, que se relacionem a obras e melhorias que, embora estejam relacionadas ao projeto, não estão previstas no contrato de PPP, tais escopos podem ser incorporados ao contrato via aporte, caso se trate da realização de obras e da aquisição de bens reversíveis, ou via solicitação de acréscimo de escopo acompanhada de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.</i>
CONCLUSÃO:
<i>O Projeto atende ao objetivo apresentado na manifestação e, será acrescentado, na minuta de edital, a possibilidade de aporte de recursos nos termos do art. 6º, § 2º da Lei de PPP.</i>

MANIFESTAÇÃO 05
Tema: USINA FOTOVOLTAICA.
<i>PERGUNTA: Qual tratamento será dado a atual Miniusina de energia fotovoltaica que o município possui.</i>
RESPOSTA:
<i>O Contrato prevê que a gestão, operação e manutenção da atual infraestrutura de geração de energia fotovoltaica do município deverá ser realizada pela futura Concessionária de forma complementar a implantação de novas usinas previstas no projeto.</i>
CONCLUSÃO:
<i>O Projeto já atende ao objetivo apresentado na manifestação.</i>

MANIFESTAÇÃO 06
Tema: ECONÔMICO/FINANCEIRO.
<i>PERGUNTA: Quais serão os valores que o futuro concessionário terá que investir no projeto de Cidade Inteligente.</i>
RESPOSTA:
<i>O investimento total estimado com bens de capital para a implementação, modernização, eficientização e expansão dos objetos de iluminação pública, usina fotovoltaica e soluções digitais, com base no estudo de engenharia, somam um montante de R\$64.902.728,78 (sessenta e quatro milhões e novecentos e dois mil e setenta e oito centavos), sendo: R\$41.927.929,49 (quarenta e um milhões e novecentos e vinte e sete mil e novecentos e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos) na solução de Iluminação Pública; R\$15.938.112,64 (quinze milhões novecentos e trinta e oito mil cento e doze reais e sessenta e quatro centavos) no objeto de Usina</i>

Fotovoltaica; e R\$7.036.686,65 (sete milhões trinta e seis mil seiscientos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) em soluções digitais.

CONCLUSÃO:

Manifestação respondida.

MANIFESTAÇÃO 07

Tema: ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

PERGUNTA: Se os investimentos na modernização da iluminação pública contemplarão todas as ruas do município, pois atualmente, em algumas ruas, o serviço é precário ou inexistente.

RESPOSTA:

Sim, o projeto prevê a modernização em 100% (cem por cento) dos logradouros do município, além de praças, parques esportivos e outras áreas de utilidade pública, inclusive nos distritos. O projeto prevê além da modernização dos pontos existentes, o atendimento da demanda reprimida de pontos de iluminação pública no município e inclui a taxa de crescimento vegetativo do parque durante todo período de Contrato.

CONCLUSÃO:

O Projeto já atende ao objetivo apresentado na manifestação.

MANIFESTAÇÃO 08

Tema: ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

PERGUNTA: Se o projeto vai gerar algum aumento na contribuição de iluminação pública (CIP).

RESPOSTA:

Em função do projeto, não há previsão de nenhum tipo de aumento na CIP. Todas as projeções financeiras foram feitas com base no valor atual da contribuição, não sendo necessário seu aumento para o financiamento dos investimentos previstos no projeto. Foram feitos ajustes na estrutura da CIP apenas para conformá-la e vinculá-la ao projeto, nos termos da Lei Complementar nº 108/2023.

CONCLUSÃO:

Manifestação respondida.

MANIFESTAÇÃO 08

Tema: ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

PERGUNTA: Se a economia prevista no projeto, será revertida em redução da taxa de iluminação pública.

RESPOSTA:

As projeções financeiras do projeto, foram feitas com base no valor atual da CIP, que será utilizada para o pagamento das contraprestações previstas. Como o critério de escolha do vencedor da licitação será o que oferecer o maior desconto sobre o valor da contraprestação, os valores economizados poderão ser utilizados em benefício da população, em outros tipos de investimentos, não previstos no projeto, a critério da Prefeitura.

CONCLUSÃO:

Manifestação respondida.

ANEXO III – QUESTIONAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS NA CONSULTA PÚBLICA

MANIFESTAÇÃO 09
Tema: SOLUÇÕES DIGITAIS; VIDEOMONITORAMENTO.
<i>SUGESTÃO: videomonitoramento, pontos: saída para Palmas TO-080, ponte; orla oeste; TO-348, trevo com a vicinal de cascalho; rotatoria TO-348 com a TO-080, posto figueredo; TO-455, acesso com a vicinal de cascalho, prox a antiga avestruz master; rotatoria TO080 e TO455; trevo da ZEN na TO455; Trevo ferrovia NS TO080; Secretaria Distrital; todas as unidades municipais e estaduais: escolas, delegacia; saude... todas as avenidas comercias; rivieira; jardins lago; lago azul; jardim do porto...Reassentamento luzimangues.</i>
RESPOSTA:
<i>O ANEXO 14 apresenta a lista dos locais destinados e que estão contemplados no projeto. Para os locais não listados, o contrato prevê a possibilidade de a Prefeitura determinar a instalação de novos pontos de videomonitoramento, no decorrer da concessão, utilizando para isso o mecanismo do Banco de Crédito, previsto no Anexo 5 – Caderno de Encargos, atendendo essas e futuras demandas. A inclusão de novos pontos também poderá ser financiada com recursos recebidos de emenda parlamentar, programas governamentais, convênios ou outras fontes de recursos públicos mediante aporte de recursos pelo Poder Concedente nos termos do art. 6º, § 2º da Lei de PPP.</i>
CONCLUSÃO:
<i>Manifestação respondida.</i>

MANIFESTAÇÃO 10
Tema: SOLUÇÕES DIGITAIS; VIDEOMONITORAMENTO.
<i>SUGESTÃO: Uma ideia legal é o sistema de câmeras nas escolas além das ruas, assim tem mais segurança para as crianças e professores, podendo adicionar além do reconhecimento facial a biometria para controle de presença das crianças e funcionários nos prédios públicos.</i>
RESPOSTA:
<i>A sugestão da adoção do sistema de videomonitoramento em ambientes internos de aparelhos públicos é válida e permite a ampliação dos benefícios do projeto para a prefeitura e para a população. Porém, neste momento foi priorizado pela Prefeitura a implantação de sistema de videomonitoramento nas vias e espaços públicos do município, com objetivo de reduzir os índices de criminalidade e aumentar as ferramentas disponíveis para as forças de segurança pública que atuam no município. Isso não impede que mediante solicitação do Poder Concedente, seja realizado o aditivo do Contrato, com objetivo de incluir o videomonitoramento desses e outros locais no município.</i>
CONCLUSÃO:
<i>Manifestação respondida, sugestão arquivada para avaliação futura do Poder Concedente.</i>

MANIFESTAÇÃO 11
Tema: ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
<i>SUGESTÃO: Iluminação Destaque Em Luzimangues: Secretaria Distrital (Subprefeitura); Praia Orla Oeste. Feira Coberta; Rotatória Posto Figueredo. Orla Oeste.</i>
RESPOSTA:
<i>O ANEXO 6 apresenta a lista de locais destinados para iluminação de destaque e iluminação especial. Toda a orla está contemplada no projeto, a rotatória do posto Figueredo está abarcada na iluminação viária, portanto, não se enquadrando como iluminação especial ou de destaque. Com relação aos demais locais, o contrato prevê a possibilidade de a Prefeitura indicar novos bens durante o prazo da concessão, utilizando para isso o mecanismo do Banco de Crédito, previsto no Anexo 5 – Caderno de Encargos, atendendo essas e futuras demandas.</i>
CONCLUSÃO:
<i>Manifestação respondida, sugestão arquivada para avaliação futura do Poder Concedente.</i>

MANIFESTAÇÃO 12
Tema: ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
<i>SUGESTÃO: Iluminação De Led Em Campos De Futebol: Campo Gramado De Luzimangues, Do Lado Da Escola Municipal Maria De Melo; Campão De Terra Do Laguna I; Porto Seguro; Molha; Capivara; Iluminação Led. Orlas De Luzimangues: Orla Ville, Náutico, Barcelona, Orla Oeste, Monaco.</i>
RESPOSTA:
<i>O ANEXO 6 apresenta a lista de locais destinados para iluminação especial. Com relação aos demais locais, o contrato prevê a possibilidade de a Prefeitura indicar novos locais durante o prazo da concessão utilizando para isso o mecanismo do Banco de Crédito, previsto no Anexo 5 – Caderno de Encargos, atendendo essas e futuras demandas.</i>
CONCLUSÃO:
<i>Manifestação respondida, sugestão arquivada para avaliação futura do Poder Concedente.</i>

MANIFESTAÇÃO 13
Tema: SOLUÇÕES DIGITAIS; VIDEOMONITORAMENTO.
<i>SUGESTÃO: Olá, vi em algumas cidades sistemas de reconhecimento facial com câmeras nas escolas para ter um controle da movimentação e maior segurança para nossas crianças, assim só entra na escola pessoal autorizado. E quem não for se cadastra e fica registrado lá, uma ótima opção para aumentar a segurança e escapar da discussão de mais segurança armada nas escolas.</i>
RESPOSTA:
<i>A sugestão da adoção do sistema de videomonitoramento em ambientes internos de aparelhos públicos é válida e permite a ampliação dos benefícios do projeto para prefeitura e para população. Porém, neste momento foi priorizado pela Prefeitura a implantação de sistema de videomonitoramento nas vias e espaços públicos do município, com objetivo de reduzir os índices de criminalidade e aumentar as</i>

ferramentas disponíveis para as forças de segurança pública que atuam no município. Isso não impede que mediante solicitação do Poder Concedente, seja realizado o aditivo do Contrato, com objetivo de incluir o videomonitoramento desses e outros locais no município. Além disso, o Anexo 14 apresenta as especificações de cada tipo de câmera a ser instalada no município considerando as tecnologias e equipamentos disponíveis no mercado.

CONCLUSÃO:

Manifestação respondida, sugestão arquivada para avaliação futura do Poder Concedente.

MANIFESTAÇÃO 14

Tema: SOLUÇÕES DIGITAIS.

SUGESTÃO: sistema de gestão de frota, com localização e identificação dos veículos e motoristas, assim dá para saber o consumo verdadeiro e caso o veículo seja roubado, cortar a ignição pela sala de controle.

RESPOSTA:

Os serviços em questão, não fazem parte dos objetivos da PPP de Cidade Inteligente. As sugestões apresentadas na manifestação serão encaminhadas ao Comitê Gestor do Programa de PPPs do município, para posterior avaliação de aditivos ao Contrato ou desenvolvimento de projetos específicos.

CONCLUSÃO:

Manifestação respondida, sugestão arquivada para avaliação futura do Poder Concedente.

MANIFESTAÇÃO 15

Tema: SOLUÇÕES DIGITAIS; VIDEOMONITORAMENTO.

SUGESTÃO: sistema de câmeras nas escolas, com reconhecimento facial com controle de presença de alunos e servidores.

RESPOSTA:

A sugestão da adoção do sistema de videomonitoramento em ambientes internos de aparelhos públicos é válida e permite a ampliação dos benefícios do projeto para prefeitura e para população. Porém, neste momento foi priorizado pela Prefeitura a implantação de sistema de videomonitoramento nas vias e espaços públicos do município, com objetivo de reduzir os índices de criminalidade e aumentar as ferramentas disponíveis para as forças de segurança pública que atuam no município. Isso não impede que mediante solicitação do Poder Concedente, seja realizado o aditivo do Contrato, com objetivo de incluir o videomonitoramento desses e outros locais no município. Além disso, o Anexo 14 apresenta as especificações de cada tipo de câmera a ser instalada no município considerando as tecnologias e equipamentos disponíveis no mercado.

CONCLUSÃO:

Manifestação respondida, sugestão arquivada para avaliação futura do Poder Concedente.

MANIFESTAÇÃO 16

Tema: SOLUÇÕES DIGITAIS.
<i>SUGESTÃO: sistema e outros todos conectados numa mesma plataforma, com gestão de prefeitura, arrecadação de tributos online, sistema de cotação de insumos (para evitar licitações pequenas), gestão de frotas, emissão de notas fiscais tudo numa mesma plataforma para facilitar o dia a dia da prefeitura e evitar o caso de ter vários sistemas que não se comunicam.</i>
RESPOSTA:
<i>Os serviços em questão, não fazem parte dos objetivos da PPP de Cidade Inteligente. As sugestões apresentadas na manifestação serão encaminhadas ao Comitê Gestor do Programa de PPPs do município, para posterior avaliação de aditivos ao Contrato ou desenvolvimento de projetos específicos.</i>
CONCLUSÃO:
<i>Manifestação respondida, sugestão arquivada para avaliação futura do Poder Concedente.</i>

MANIFESTAÇÃO 17

Tema: SOLUÇÕES DIGITAIS.
<i>SUGESTÃO: Para trazer mais segurança e independência na gestão dos dados sensíveis da prefeitura, uma boa alternativa seria a criação de um data center junto com uma plataforma de gestão de prefeitura que já integre todos os sistemas que costuma ser separados e não se comunicam. Essa plataforma já integra gestão de prefeitura, gestão de tributos (com arrecadação online), gestão da frota, emissão de nota fiscal, controle de pessoal, esteira de processos internos com níveis de acesso a depender do cargo. Juntando essas duas soluções teríamos a instalação de fibra óptica para que tudo se comunique e ter um sistema de intranet, ou seja, o sistema da prefeitura se comunica com os servidores de data center sem a necessidade de links dedicados (ou conexão externa), além de prover toda uma estrutura resiliente e moderna para a infraestrutura de comunicação da prefeitura, no fim, resulta em muito mais segurança e independência na gestão de dados sensíveis da prefeitura.</i>
RESPOSTA:
<i>Os serviços em questão, não fazem parte dos objetivos da PPP de Cidade Inteligente. As sugestões apresentadas na manifestação serão encaminhadas ao Comitê Gestor do Programa de PPPs do município, para posterior avaliação de aditivos ao Contrato ou desenvolvimento de projetos específicos.</i>
CONCLUSÃO:
<i>Manifestação respondida, sugestão arquivada para avaliação futura do Poder Concedente.</i>

MANIFESTAÇÃO 18

Tema: SOLUÇÕES DIGITAIS.
<i>SUGESTÃO: Um sistema de gestão de frota integrado com um aplicativo para que o cidadão possa acompanhar em tempo real o transporte público, dando mais comodidade, segurança e credibilidade ao poder público.</i>
RESPOSTA:

Os serviços em questão, não fazem parte dos objetivos da PPP de Cidade Inteligente. As sugestões apresentadas na manifestação serão encaminhadas ao Comitê Gestor do Programa de PPPs do município, para posterior avaliação de aditivos ao Contrato ou desenvolvimento de projetos específicos.

CONCLUSÃO:

Manifestação respondida, sugestão arquivada para avaliação futura do Poder Concedente.

MANIFESTAÇÃO 19

Tema: SOLUÇÕES DIGITAIS.

SUGESTÃO: sistema pode ser integrado um algo maior, como um sistema que permite que a prefeitura tenha controle dos motoristas, todos os veículos da frota (carros, ônibus e ambulâncias) em tempo real, controle de abastecimento, e até corte de ignição caso o veículo não seja localizado ou tenha sido roubado.

RESPOSTA:

Os serviços em questão, não fazem parte dos objetivos da PPP de Cidade Inteligente. As sugestões apresentadas na manifestação serão encaminhadas ao Comitê Gestor do Programa de PPPs do município, para posterior avaliação de aditivos ao Contrato ou desenvolvimento de projetos específicos.

CONCLUSÃO:

Manifestação respondida, sugestão arquivada para avaliação futura do Poder Concedente.

MANIFESTAÇÃO 20

Tema: SOLUÇÕES DIGITAIS.

SUGESTÃO: plataforma de gestão pública que tem todos os braços necessários, como gestão de prefeitura, arrecadação de tributos, emissão de nota fiscal, controle de pessoal, trazendo muito mais credibilidade para o município.

RESPOSTA:

Os serviços em questão, não fazem parte dos objetivos da PPP de Cidade Inteligente. As sugestões apresentadas na manifestação serão encaminhadas ao Comitê Gestor do Programa de PPPs do município, para posterior avaliação de aditivos ao Contrato ou desenvolvimento de projetos específicos.

CONCLUSÃO:

Manifestação respondida, sugestão arquivada para avaliação futura do Poder Concedente.

MANIFESTAÇÃO 21

Tema: SOLUÇÕES DIGITAIS.

SUGESTÃO: Estender esse sistema de monitoramento para prédios públicos, juntamente com biometria e/ou reconhecimento facial para controle de movimentação, e até em escolas para trazer mais segurança para as crianças e funcionários e até facilitando o controle de presença dos alunos.

RESPOSTA:

A sugestão da adoção do sistema de videomonitoramento em ambientes internos de aparelhos públicos é válida e permite a ampliação dos benefícios do projeto para prefeitura e para população. Porém, neste momento foi priorizado pela Prefeitura a implantação de sistema de videomonitoramento nas vias e espaços públicos do município, com objetivo de reduzir os índices de criminalidade e aumentar as ferramentas disponíveis para as forças de segurança pública que atuam no município. Isso não impede que mediante solicitação do Poder Concedente, seja realizado o aditivo do Contrato, com objetivo de incluir o videomonitoramento desses e outros locais no município. Além disso, o Anexo 14 apresenta as especificações de cada tipo de câmera a ser instalada no município considerando as tecnologias e equipamentos disponíveis no mercado.

CONCLUSÃO:

Manifestação respondida, sugestão arquivada para avaliação futura do Poder Concedente.

ANEXO IV – OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

Contribuições recebidas pelo CGPPP durante outras atividades de apresentação do projeto e diálogos com agentes públicos do município, que apresentaram sugestões orais.

MANIFESTAÇÃO 22
<p>Tema: USINA FOTOVOLTAICA.</p> <p><i>SUGESTÃO:</i> Indicar como local prioritário para a implantação da Mini USF, áreas desativadas do aterro sanitário do município.</p> <p>Essa medida traria maior impacto ao projeto, reforçando a imagem de Porto Nacional como uma Cidade Inteligente, por meio da inovação.</p> <p>A área do aterro sanitário tende a permanecer subutilizada, por ser considerada inadequada para outros tipos de desenvolvimento urbano devido a preocupações ambientais ou restrições regulatórias, a utilização dessa área para a geração de energia fotovoltaica pode ser uma forma eficaz de aproveitar terrenos que de outra forma permaneceriam subutilizados, transformando um espaço anteriormente utilizado para descarte de resíduos em um local de geração de energia limpa e renovável.</p> <p>Outra vantagem dessa utilização se dará pelo baixo custo de aquisição de terreno, tornando-o mais acessível financeiramente. Além do fato de já possuir infraestrutura básica e estar ao lado de uma subestação da Energisa, o que pode facilitar a implementação da miniusina fotovoltaica e reduzir os custos de infraestrutura associados ao projeto.</p> <p>Essa medida também irá contribuir positivamente para novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além dos já associados ao projeto original, como o ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, por contribuir para o desenvolvimento de infraestrutura sustentável em áreas urbanas, promovendo o uso eficiente de recursos e a revitalização de espaços degradados.</p>
<p>RESPOSTA:</p> <p>Conforme as disposições do Contrato e dos Anexo 5 e 13, é prevista a Concessionária os encargos de aquisição, regularização e preparação do terreno para implantação de Miniusina Fotovoltaica. Considerando a possibilidade de disponibilização de terreno ou local público pelo Poder Concedente para essa finalidade, será incluído os mecanismos e prazos permitindo essa cessão e a avaliação de viabilidade e aceite por parte da Concessionária. Além disso, são incluídos no cronograma de implantação do projeto os prazos e procedimentos que deverão ser realizados na Fase preliminar do projeto.</p>
<p>CONCLUSÃO:</p> <p>Sugestão parcialmente acatada, foram realizados ajustes para prever os procedimentos e prazos para disponibilização de local para implantação da Miniusina pelo Poder Concedente e sua avaliação e aceite pela Concessionária.</p>

MANIFESTAÇÃO 23
<p>Tema: USINA FOTOVOLTAICA.</p> <p><i>SUGESTÃO:</i> Dar liberdade ao concessionário, de encontrar variadas soluções de engenharia, para gerar a energia necessária para o atingimento da meta de autossustentabilidade energética da prefeitura municipal, prevista no projeto. Dessa forma, além da implementação das usinas, o concessionário poderia utilizar telhados</p>

ou outras estruturas para implantação de sistemas de geração de energia, diretamente nos locais de consumo.

RESPOSTA:

O projeto referencial prevê a implantação da miniusina em solo, visando diversos benefícios, dentre eles uma maior eficiência, economia dos custos de instalação e manutenção e dos custos envolvidos na avaliação, reforma e reforço estrutural de eventuais prédios públicos disponíveis para implantação dessa infraestrutura. A usina de solo ainda favorece a instalação dos painéis de modo que receba uma maior incidência solar, o que otimiza a quantidade de equipamentos para suprir a demanda. Sendo assim, todos os custos desse eixo, foram estimados com base nesta premissa. De toda forma, considerando a possibilidade de disponibilização de local público pelo Poder Concedente para essa finalidade, será incluído os mecanismos e prazos permitindo essa cessão e a avaliação de viabilidade e aceite por parte da Concessionária. Além disso, são incluídos no cronograma de implantação do projeto os prazos e procedimentos que deverão ser realizados na Fase preliminar do projeto.

CONCLUSÃO:

Sugestão parcialmente acatada, foram realizados ajustes para prever os procedimentos e prazos para disponibilização de local para implantação da Miniusina pelo Poder Concedente e sua avaliação e aceite pela Concessionária.

MANIFESTAÇÃO 24

Tema: USINA FOTOVOLTAICA.

SUGESTÃO: Permitir que o concessionário comercialize o excedente gerado, para micro e pequenas empresas e cooperativas de consumo, formada por servidores públicos.

RESPOSTA:

Em consulta a legislação setorial vigente (Lei Federal nº 14.300), bem como as Resoluções e Notas Técnicas da ANEEL (REN 1.059/23 e Nota Técnica nº 101/2023-STD/ANEEL) identifica-se a vedação expressa de comercialização de excedentes de créditos de energia gerados pela Miniusina fotovoltaica implantada para compensação de créditos nas contas da Administração Pública. Porém, considerando a possibilidade de exploração de receitas acessórias na PPP, é possível a construção de novas unidades geradoras, dentro da modalidade de geração compartilhada, com objetivo específico de atender a uma cooperativa de consumidores. Ressalta-se que para essa exploração a Concessionária deverá apresentar os documentos e projetos para avaliação e aprovação do Poder Concedente em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato e anexos.

CONCLUSÃO:

Manifestação respondida.

MANIFESTAÇÃO 25

Tema: ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

SUGESTÃO: Indicar no projeto a adoção de Tecnologias de Iluminação Inteligente, como os sensores de movimento, luminárias com controle remoto e programação de dimerização por faixas de horário. O objetivo das medidas é o de indicar caminhos que o concessionário poderá seguir, para adotar uma gestão mais eficiente do consumo de

energia e manutenção da iluminação pública, principalmente em áreas com vazios urbanos, como nos loteamentos com poucos moradores.

RESPOSTA:

Conforme os encargos da Concessionária estabelecidos no ANEXO 5, a PPP prevê a implantação de sistema de telegestão que tem a funcionalidade e objetivo de permitir o comando, monitoramento, coleta de informações e gestão dos ativos de iluminação pública de forma remota. Assim o projeto já abarca as tecnologias e serviços inteligentes propostos.

CONCLUSÃO:

Manifestação respondida.

MANIFESTAÇÃO 26

Tema: ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

SUGESTÃO: Inclusão no projeto, da adoção pelo concessionário, de programas de engajamento da comunidade, visando à participação dos cidadãos na gestão e manutenção da iluminação pública, canais de comunicação direta e aplicativos móveis para reportar problemas e solicitar serviços. Além disso a participação de cooperativas de reciclagem no aproveitamento de materiais descartados nas trocas de luminárias e equipamentos.

RESPOSTA:

Conforme os encargos da Concessionária estabelecidos no ANEXO 5, a PPP contempla a criação e disponibilização de aplicativo e canal de atendimento à população e a Prefeitura para atendimento de chamados, reporte de problemas e solicitação de serviços. É facultado a Concessionária a realização de programas de engajamento e participação da comunidade junto do Poder Concedente com objetivo de integrar e divulgar para população as ações e resultados da PPP.

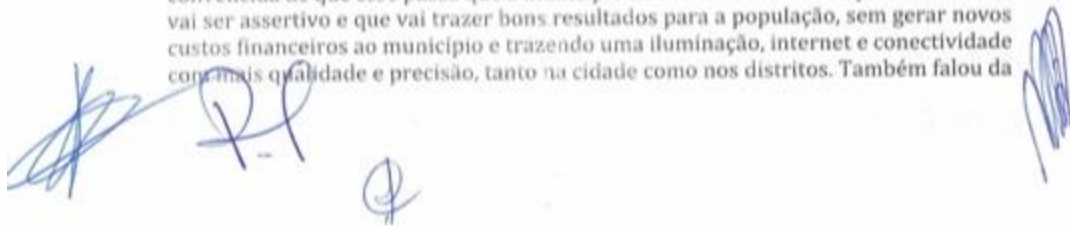
CONCLUSÃO:

Manifestação respondida.

ANEXO V – ATA E LISTA DE PRESENCAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01**ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO
PORTO CIDADE INTELIGENTE**

Ata da Primeira Audiência Pública de apresentação do projeto Porto Cidade Inteligente, realizada pela Prefeitura Municipal de Porto Nacional, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, e o Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas de Porto Nacional (CGPPP), no uso de suas atribuições e com fulcro no parágrafo 3º, do art. 7º, da lei nº 1.890, de 10 de abril de 2007, conforme Aviso de Consulta Pública, publicado na edição nº 634, de 05 de dezembro de 2023, do Diário Oficial do Município de Porto Nacional.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Nacional, localizada na Rua Joaquim Pereira, 754 - Centro, Porto Nacional - TO, foi iniciada a Audiência Pública de apresentação do projeto Porto Cidade Inteligente. Os trabalhos foram iniciados com a formação da mesa diretiva, composta pelos senhores: Fabrício Machado Silva, Presidente do Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), e Presidente da Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e Meio Ambiente de Porto Nacional; Alisson Pereira Nascimento, Secretário Executivo de Obras, representando o Sr. Marcos Antônio Lemos Ribeiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano de Porto Nacional; Murillo Duarte Porfírio di Oliveira, Procurador Geral do Município de Porto Nacional; Rafael Arantes Ricaldoni da Silva, Engenheiro Líder do Projeto junto a Houer Consultoria e Concessões Ltda; e o Prefeito Municipal de Porto Nacional, Ronivon Maciel Gama, que passou a presidir a mesa diretiva da audiência. Dada a palavra para o Sr. Prefeito, Ronivon Maciel, que agradeceu as presenças, destacou sobre a importância do momento para a cidade de Porto Nacional, pela experiência de vivenciar e executar, uma PPP, parceria do privado com o público. Falou sobre a forma responsável com que o projeto está sendo conduzido e da oportunidade que teve de conhecer projetos de PPP em outras cidades, na visita que fez a Minas Gerais, para ter a certeza de que esse é o melhor caminho para Porto Nacional. Frisou que, a audiência deve alencar objetivos, para debater, e levar informações, para que possam incrementar essa parceria do público com o privado. Destacou a ida em Ribeirão das Neves, onde teve o conhecimento na prática do que é a parceria, e do resultado que ela gerou para a população, não só lá, mas como outras cidades do país que já realizaram projetos semelhantes. Disse que a administração municipal está convencida de que esse passo que o município de Porto Nacional está procurando dar vai ser assertivo e que vai trazer bons resultados para a população, sem gerar novos custos financeiros ao município e trazendo uma iluminação, internet e conectividade com mais qualidade e precisão, tanto na cidade como nos distritos. Também falou da




Importância da participação da população, para que possa levar essas informações o quanto antes, para consolidação do projeto e melhoria na qualidade de vida, trazendo também mais segurança pelo aspecto da iluminação e inovações que serão feitas. O prefeito destacou a importância da opinião pública para a sua gestão, e informou que Porto Nacional será uma cidade monitorada por câmeras, trazendo mais segurança para a população, e que com certeza, será demonstrada principalmente para a região norte, que pode incrementar uma "Cidade Inteligente" através da PPP. Ressaltou que isso irá atrair novos investimentos, gerar empregos e levar ao maior crescimento da cidade. E finalizou dizendo que Porto Nacional sairá na frente, a nível estadual. Na sequência foi dada a palavra ao Sr. Fabricio Machado, para que fazer a apresentação dos principais pontos do projeto. Ele passou a utilizar o projetor de imagens e apresentar informações sobre o projeto. Iniciou dizendo os motivos pelo qual foi marcada a audiência pública e a importância delas para o município. Enfatizou a fala do prefeito, e destacou que o projeto será referência na região norte do país, e será o primeiro projeto de parceria público-privada no Estado do Tocantins, em relação às cidades inteligentes. Explicou sobre o conceito de PPP e sobre a diferença entre Concessão e Privatização, destacando que o projeto Cidade Inteligente é uma concessão, que tudo continuará sendo do município e que todos os investimentos feitos pelo privado, serão revertidos para o município. Esclareceu que na PPP, a empresa será responsável pelo projeto, assim como seu financiamento, execução e operação. O Município, em contrapartida, paga a empresa de acordo com o desempenho do serviço prestado. Uma vez vencido o contrato, tudo o que foi construído é do governo. E mais uma vez destacou a fala do prefeito Ronivon, sobre a importância de os formadores de opinião ajudarem, informando que esse projeto não acarreta novos custos para a cidade, não terá criação de novas taxas, não vai ter aumento de qualquer tarifa. Citou as vantagens da parceria entre os órgãos públicos com a iniciativa privada. Falou sobre o objetivo do projeto e sobre os seus três vieses. O primeiro é a modernização, eficiência, ampliação, adequação, operação e manutenção da iluminação pública. O segundo é a implantação, gestão, operação e manutenção de soluções digitais. O terceiro a operação, manutenção e gestão de usina de geração de energia solar. Disse que quando se fala em Cidade Inteligente, está sendo proposto três soluções: iluminação pública, internet e geração de energia solar. Além dos objetivos, falou sobre os benefícios para os Portuenses. Demonstrou os benefícios que projetos semelhantes proporcionaram em outras cidades brasileiras. Destacou que o projeto irá beneficiar todas as áreas da prefeitura, como as escolas e postos de saúde. Esclareceu que o projeto vem sendo trabalhado a muito tempo, com muito critério e empenho. Apresentou números básicos do projeto, investimentos que serão feitos pelo privado e a economia que será gerada ao município. Falou sobre as melhorias que serão geradas nos serviços públicos e sobre os prazos que o privado terá para realizar os investimentos. Falou que o projeto está em consulta pública e mostrou como acessar os documentos dos estudos no site da prefeitura e como poderão ser feitas as sugestões ou pedidos de esclarecimentos ao projeto. Apresentou as regras da licitação e que o vencedor será o que oferecer o maior desconto, gerando maior economia ao município. Explicou sobre as exigências técnicas e de capacidade financeira que serão exigidas, para garantir que a empresa vencedora tenha a capacidade de realizar todos os investimentos. Esclareceu que a qualidade dos serviços será fiscalizada pelo município e por uma empresa especialmente contratada para isso, chamada de Verificador Independente. Informou que o projeto ainda será analisado pelo Tribunal de Contas e que a previsão é de que a licitação seja feita entre




abril e maio de 2024. O Sr. Fabrício concluiu, agradecendo a todos pela presença. Na sequência o Prefeito Ronivon falou sobre a ansiedade de ver a conclusão do projeto. Falou sobre a economia e eficiência que o projeto irá gerar e que a prefeitura terá total controle sobre os serviços, para garantir a qualidade dos serviços prestados a população. Que o vencedor da licitação terá que investir milhões em benefício da cidade. Se colocou à disposição de todos e agradeceu a participação. A palavra foi franqueada aos presentes. Foi dada a palavra ao Sr. Marcillio Ávila, que parabenizou o Sr. Fabrício Machado, o Prefeito Ronivon e a empresa Houer pela iniciativa. Falou da importância do projeto para o município. Destacou a importância para a segurança pública, tanto pela melhor iluminação como pelo sistema de videomonitoramento, que terá mais de 180 câmaras, que serão monitoradas pela Guarda Municipal e Polícia Militar. SUGERIU ao prefeito a implantação de dois novos portais na cidade, um na saída para Monte do Carmo e outro próximo a Escola Brasil, permitindo que as quatro entradas e saídas da cidade sejam monitoradas. O Sr. Fabrício perguntou se mais alguém desejaria usar a palavra. Não tendo outros interessados, a Audiência Pública foi dada por encerrada, da qual, para constar, eu, Fabrício Machado Silva, lavrei a presente ata, que será assinada pelos membros da mesa diretiva e acompanhada da lista de presenças da Audiência. Porto Nacional, 15 de dezembro de 2023.


Fabrício Machado Silva
 Presidente Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP)


Murillo Duarte Porfírio de Oliveira
 Procurador Geral do Município de Porto Nacional;


Alisson Pereira Nascimento
 Secretário Executivo de Obras

Rafael Arantes Ricaldoni da Silva
 Houer Consultoria e Concessões Ltda


Ronivon Maciel Gama
 Prefeito Municipal



Fls. 01

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

DATA: 15 / 12 / 2023

LOCAL: CAMARA DE VEREADORES DE PORTO NACIONAL

ASSUNTO: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARCERIAS PUBLICO PRIVADA (CIDADE INTELIGENTE).

ORD.	NOME COMPLETO	DOC. IDENTIFICAÇÃO	ASSINATURA
1.	MARCIO PAREZ	984063357	
2.	Joana dos Reis N. Gomes	764259753-72	
3.	Thyago S. Silveira	835990.211-65	
4.	Adriano Antonio de Jesus	781.231.071-02	
5.	Renato O. Pile	00454009187	
6.	Fuente de Marcos Passos	834.944.081-00	
7.	Gustavo F. da Silva	063.194.971-02	
8.	Natália P. Ferreira	057.076.621-46	
9.	Wilton Viana dos Santos	043.524.621-60	
10.	Nathalia Sousa Guimarães	038.702.421-02	
11.	Juliano Fernandes Marques	066.500.971-47	
12.	LAIRTO PEREIRA DOS SANTOS	626.652-85655	
13.	Renan de S. Jang	039.308.721-01	
14.	Tecnyly Post Alvo Bezerra	006430311-03	
15.	Guilherme Henrique dos Santos	007480661-33	
16.	Raulo Henrique Lima Costa	011212291-85	
17.	ROSSON HENEZES FERREIRA	1051960.	
18.	Yago DAVILLO	978.56162	
19.	Alcides Otaviano de Silva	775.863.517-70	
20.	Lucas Fernando de Jesus	058.982.071-06	
21.	Diego Silva Almeida	082.000.686-56	
22.	Wisson Ferreira de Jesus	778.558.540-4	
23.	Roni Von Marcel Gama	846842401-34	
24.	Ellen Aparecida Batista Kustera	037.508.71.88	
25.	Kaline C. Lima	1.091012	



Fls. 02

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

DATA: 15 / 12 / 2023LOCAL: CAMARA DE VEREADORES DE PORTO NACIONALASSUNTO: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARCERIAS PUBLICO PRIVADA (CIDADE INTELIGENTE).

ORD.	NOME COMPLETO	DOC. IDENTIFICAÇÃO	ASSINATURA
1.	Murilo Braga P. de A.	000.763.081-61	
2.	Rafael A. Recaldeiro do Silveira	118.492.266-79	
3.	Luiziana Rezende P. de B. Elvira	618.893.591-39	
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
11.			
12.			
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			

ANEXO VI – ATA E LISTA DE PRESENCAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02

ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO PORTO CIDADE INTELIGENTE

Ata da Segunda Audiência Pública de apresentação do projeto Porto Cidade Inteligente, realizada pela Prefeitura Municipal de Porto Nacional, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, e o Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas de Porto Nacional (CGPPP), no uso de suas atribuições e com fulcro no parágrafo 3º, do art. 7º, da lei nº 1.890, de 10 de abril de 2007, conforme Aviso de Consulta Pública, publicado na edição nº 634, de 05 de dezembro de 2023, do Diário Oficial do Município de Porto Nacional.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório da Escola Municipal Jacinto Bispo Arantes I, localizada no setor Portal do Lago, em Luzimangues, Porto Nacional - TO, foi iniciada a Audiência Pública de apresentação do projeto Porto Cidade Inteligente. O Sr. Prefeito Municipal de Porto Nacional, Ronivon Maciel Gama, iniciou os trabalhos esclarecendo que as Parcerias Público-Privadas (PPP), ainda não são tão conhecidas, mas que buscam atender necessidades municipais, como a da iluminação pública e outras. Disse que desde 2021 está estudando essa possibilidade de PPP. Que a Parceria Público-Privada é uma modalidade de contrato de parceria entre o poder público e a iniciativa privada para promover a execução ou gestão de obras e serviços de interesse da população nos setores de telecomunicações, energia e inovação, transporte, educação, saneamento, entre outros. Relatou que visitou cidades em Minas Gerais para conhecer o projeto. Explanou que o projeto não acarretará nenhuma nova taxa e ainda irá gerar economias ao município e a prestação de melhores serviços. Mencionou vantagens as quais o Distrito de Luzimangues terá, com a formalização da parceria, como os cem por cento de iluminação de LED, que será mais eficiente e de melhor qualidade. Falou da conectividade, das instalações de semáforos e do videomonitoramento. Disse que o projeto vai trazer maior segurança e atrair novos investidores para a cidade. Informou que tudo está sendo feito com muito critério e responsabilidade e que o município irá fiscalizar e terá total controle sobre os serviços que serão prestados. Em seguida foi passada a palavra, ao Sr. Fabrício Machado Silva, Presidente do Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), e Presidente da Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e Meio Ambiente de Porto Nacional, para que fosse feita a apresentação dos principais pontos do projeto. Fabrício passou a utilizar um projetor de imagens, para apresentar as informações sobre o projeto. Iniciou destacando a presença do Sr. Rafael Arantes Ricaldoni da Silva, Engenheiro Líder do Projeto junto a Houer Consultoria e Concessões Ltda. Falou do estudo de modelagem e levantamento de dados, ressaltou sobre a parceria com a Empresa Houer, que é atuante no desenvolvimento de projetos de engenharia e viabilização de soluções na área de Infraestrutura. Explicou o que são as PPPs - Parcerias Público-Privadas, que seria um contrato, entre o poder público e a iniciativa privada, e explicou sobre a diferença entre

privatização e concessão. Enfatizou que o município de Porto Nacional fará uma concessão, para que o concessionário tenha o direito de desenvolver e explorar economicamente um serviço público. Foi falado sobre o objetivo do projeto, que apesar de falar muito sobre iluminação, que é o ponto central do projeto, outros pontos fazem parte do Programa Cidade Inteligente. Informou que existem três vieses, que vão de fato tornar Porto em Cidade Inteligente: modernização para eficiência e ampliação de iluminação pública; implantação e gestão de operações de soluções digitais, acessibilidade, wi-fi, internet banda larga nas escolas, equipamentos de saúde e praças públicas; e implantação, gestão e operação de usina fotovoltaica, que é a parte de geração de energia. Foi mencionado sobre os benefícios das PPPs em inúmeras cidades que estão aderindo ao conceito de Cidade Inteligente. Que no Estado do Tocantins, o município de Porto Nacional, foi o primeiro município a aderir a esse conceito. Citou projetos nos municípios de Uberlândia e de Ribeirão das Neves, que foram beneficiados com projetos semelhantes. Relatou como está sendo estruturado o projeto, por meio de estudos e diagnósticos. Que o projeto beneficiará as áreas da educação e saúde do município, gerando economias e melhores serviços. Explicou que a iluminação pública será um dos pontos centrais do projeto de Cidade Inteligente, com uma solução moderna, utilizando tecnologia de ponta, para promover luminosidade e visibilidade nas vias públicas, garantindo uma iluminação mais eficiente e econômica para a cidade. Ressaltou que no ritmo atual de investimentos, que levaria treze anos para implantar LED em cem por cento do município, e que o contrato prevê que em apenas doze meses toda a rede de iluminação da cidade e dos distritos serão modernizados. Que com isso o município vai reduzir gastos, gerando economia para investimentos no atendimento de outras prioridades. Que o sistema vai detectar automaticamente uma lâmpada queimada, os serviços serão mais ágeis e eficientes. Informou que o projeto prevê a figura do verificador independente, que fará a fiscalização do contrato, auxiliando a fiscalização da prefeitura. Apresentou prazos e valores do contrato e que o vencedor será quem oferecer o maior desconto, gerando maior economia ao município. Ressaltou que existem regras para garantir que as empresas que participarão da licitação terão que comprovar habilitação técnica e capacidade econômica. Que o vencedor terá que atender metas de desempenho e que será penalizado caso não as atinjam. Explicou como funcionará os contratos com os prestadores de serviço, da utilização de verificador independente para fiscalizar a execução do contrato, e aferir o desempenho da concessionária. Disse que será um projeto onde o município de Porto Nacional tende a avançar na área de segurança pública, conectividade, qualidade de vida. Fabricio demonstrou como acessar, no site da prefeitura, os documentos dos estudos do projeto, e como os interessados poderão fazer suas contribuições. Finalizou agradecendo ao prefeito e todos os presentes. Na sequência, foi franqueada a palavra aos presentes, para perguntas e sugestões. O Sr. Joaquim do Luzimangues, Vice-prefeito de Porto Nacional pediu a palavra e PERGUNTOU se os técnicos responsáveis pelos estudos, tem conhecimento da má qualidade da rede elétrica do distrito de Luzimangues, que hoje, é um problema para a cidade. PERGUNTOU da possibilidade de incluir a Coleta de Lixo e o Transporte Coletivo na PPP. PERGUNTOU como serão tratadas as emendas parlamentares, dentro do projeto. PERGUNTOU como será tratada a atual usina de energia fotovoltaica que o município construiu. Para responder, foi passada a palavra ao engenheiro Rafael da Silva, que ESCLARECEU que a responsabilidade sobre a rede de energia, é da distribuidora, no caso a ENERGISA. Citou que problema semelhante existia em Ribeirão das Neves, que a concessionária será responsável pelas luminárias. Quanto a inclusão de outros serviços, eles poderão ser tratados em novos projetos. Na sequência



o Sr. Fabrício pediu que o Sr. Robson Menezes Ferreira, que foi o Secretário Executivo do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do Tocantins, complementasse as informações fornecidas. O Sr. Robson explicou que a grande diferença da PPP é que ela busca a qualidade dos serviços oferecidos a população e que o concessionário tem a liberdade de encontrar as melhores e mais eficientes soluções para promover esses serviços. Esclareceu que o privado terá que antecipar todos os investimentos e que só após o décimo segundo ano de contrato, começará a ter lucro. ESCLARECEU que novos projetos de PPP, como os citados pelo Vice-Prefeito, poderão ser levados ao Comitê de PPPs do município, que foi implantado pelo prefeito Ronivon. Que todos os estudos do projeto de Cidade Inteligente foram feitos sem que o município tivesse que dispor de nenhum tipo de recurso. Que nem as despesas de viagem dos técnicos que vieram diversas vezes de Belo Horizonte, foram custeadas pelo município. Que projetos de PPP podem ser feitos nas áreas da educação, saúde entre outros projetos. O Sr. Vice-Prefeito usou novamente a palavra e PEDIU ESCLARECIMENTO a respeito dos valores que serão investidos pelo privado no projeto de Cidade Inteligente. O Sr. Robson explicou como a população pode contribuir com a consulta pública, demonstrando como localizar o formulário no site da prefeitura. ESCLARECEU que o município poderá receber emendas para as áreas atendidas pelo projeto, e que qualquer investimento feito pelo município durante a vigência do contrato, que era de responsabilidade do concessionário, será abatido. A Sra. Leidiane Amaral pediu a palavra e elogiou a iniciativa. Ela PERGUNTOU se a modernização da iluminação será feita em todas as ruas. O Sr. Rafael ESCLARECEU que sim, que a modernização da iluminação atenderá cem por cento do município. A Sra Alice Mei também PERGUNTOU se o projeto vai gerar algum aumento de tarifa e se a economia gerada será revertida em redução da tarifa. O Sr. Fabrício ESCLARECEU que não terá nenhum aumento de tarifa e que a economia gerada será revertida em novos investimentos para a cidade. Não tendo mais ninguém inscrito para falar, o sr. Fabrício passou a palavra ao Sr. Prefeito, que fez novas considerações a respeito dos benefícios do projeto, elogiou a participação de todos, agradeceu as presenças e deu por encerrada a audiência, da qual, para constar, eu Fabrício Machado Silva, lavrei a presente ata, que será assinada pelos dirigentes presentes e acompanhada da lista de presença. Porto Nacional, 16 de dezembro de 2023.



Ronivon Maciel Gama
Prefeito Municipal



Fabrício Machado Silva
Presidente Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP)

Rafael Arantes Ricaldoni da Silva
Houer Consultoria e Concessões Ltda



Fls. _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

DATA: 16 / 12 / 2023

LOCAL: ESCOLA JACINTO BISPO, DISTRITO DE LUZIMANGUES

ASSUNTO: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARCERIAS PUBLICO PRIVADA (CIDADE INTELIGENTE).

ORD.	NOME COMPLETO	DOC. IDENTIFICAÇÃO	ASSINATURA
1.	João Ayres B. Junior	833.373 SSP-TO	
2.	Elysson dos Santos	11.298.905 SSP-TO	
3.	João Carneiro Correia	569.370 SSP-GO	
4.	Ymirilla da S. de Jesus	1.582.430	
5.	Paula E. P. A. Silva	761.094 SSP-TO	
6.	Reidiane Jamaral da Riva	997.260	
7.	Alex Jan Oliveira de Silva	832.593.911-09	
8.	Davidel Ferreira da Silva	15461034701	
9.	Francisco	949.108 SSP-TO	
10.	Stanes Filho	143.901	
11.	Selma R. Barbosa	309.027 SSP-TO	999.16.7488-
12.	Diego A. de O. Junior	309.027 SSP-TO	63-98453-3620
13.	João Justino do Silva	2.692.397 SSP-TO	
14.	Agone Ferreira da Silva	090069161-07	
15.	Ronilson Mociel Gomes	8468424024	
16.	Alice Meirex. da Silva	81341482215	
17.	Mission Pereira Nascimento	978.358.54104	
18.	ROSSON MENDES PEDREIRA	1051900	
19.	Rafael A. Ricaldoni Silva	118.492.266-79	
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			